



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DO CASTÊLO DA MAIA
MUNICIPIO DA MAIA**

ATA Nº 18 – 4ª Sessão Ordinária 2017

Aos 28 dias de dezembro do ano de 2017, pelas 21:30 horas, reuniu no Salão Nobre do Centro Cívico de Barca, a Assembleia de Freguesia de Castêlo da Maia na sua quarta sessão ordinária, conforme edital de 15 de dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos (Anexo II):

- 1- Período antes da Ordem do Dia:
 - 1.1- Tomada de Posse como Deputada de Assembleia pela D. Júlia Rocha
 - 1.2- Apreciação e Votação da ata da sessão da Assembleia de Freguesia de 21/10/2017.
 - 1.3- Outros Assuntos
- 2- Período da Ordem do Dia
 - 2.1- Apreciação e votação da (s) propostas de regimento da Assembleia de Freguesia para o quadriénio 2017/2021
 - 2.2- Informação do Sr. Presidente da Junta sobre a atividade da mesma e sobre a sua situação financeira
 - 2.3- Apreciação e votação da proposta de regulamento e tabela de taxas e licenças a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2018
 - 2.4- Verificação das condições do exercício de funções de um 2º vogal da junta de freguesia em regime de meio termo
 - 2.5- Nomeação de elemento representativo da Freguesia para o Conselho da Juventude
 - 2.6- Apreciação e votação da proposta para autorização da realização de acordo de execução (delegação legal de competências) entre o município e a junta de freguesia de Castêlo da Maia
 - 2.7- Apreciação e votação da proposta das opções do plano, orçamento e mapa de pessoal para o ano de 2018
- 3- Período de depois da Ordem do Dia

Presidiu à reunião a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, Adelina Rodrigues que numa primeira nota introdutória deu conta da sua atividade. Foram registadas as presenças através da assinatura da respetiva Lista, não se verificando nenhum pedido de substituição.

Dando início à ordem de trabalhos conforme ponto 1.1 do período antes da ordem do dia, tomou posse a senhora deputada Júlia Rocha, que assumiu de seguida as suas funções como segunda secretária da mesa da assembleia de freguesia.

Passando ao ponto 1.2- Apreciação e Votação da ata da sessão da Assembleia de Freguesia de 21/10/2017. A ata foi lida pela Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia e posteriormente colocada a votação, sendo aprovada por unanimidade.

No ponto 1.3- Outros Assuntos- **inscreveram-se e tomaram a palavra os senhores deputados Armindo Moutinho, Fernando Ferreira, António Peixoto e Marco Correia.**

O senhor deputado Armindo Moutinho iniciou a sua intervenção por demonstrar o seu desapontamento pelo desrespeito pelas pessoas da terra, nomeadamente as de Barca. Referiu a displicência do executivo face ao facto do ATM do pólo da junta de freguesia estar desativo, pela falta de videovigilância no edifício do pólo de Barca e pela ausência de luta para que o pólo dos CTT permanecesse no pólo de Barca, sendo este um serviço de muita proximidade à população. Na sua intervenção o senhor deputado Fernando Ferreira focou a cooperação para com o executivo e referiu-se ao Moto Clube do Castelo da Maia fazendo uma breve explicação da sua história e da sua funcionalidade para a freguesia. Posteriormente focou a relevância das Conferências Vicentinas para com a população mais carenciada das freguesias e a importância do apoio a este tipo de instituições. Questionou ainda o Sr. Presidente da Junta relativamente aos vestígios arqueológicos encontrados nas escavações das obras de ampliação do cemitério de Avioso (Santa Maria), e da relevância histórica dos mesmos. Reforçou ainda a necessidade de estudo para a colocação de semáforos na Rua de São Salvador de Gondim. Focou ainda o mau estado de alguns pavimentos da freguesia. Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado António Peixoto que iniciou por focar a falta de harmonia existente no seio de um partido como se verificou aquando da eleição da mesa da assembleia de freguesia, lamentando também que a composição do executivo seja cem por cento masculina anulando a participação de mulheres que também têm valor e seriam merecedoras do mesmo lugar. Posteriormente questionou o executivo relativamente ao projeto de alargamento e aos custos das obras no cruzamento da Rua Central de Vila Verde com a Rua de Fonte Cova. Focou também o esquecimento da localidade de Barca e questionou sobre o Projeto para o Monte Xisto. Na sua intervenção o Senhor Deputado Marco Correia reforçou a importância da participação do público para assistir às Assembleias de Freguesia, focou o projeto político mais ambicioso do executivo para o corrente mandato e apelou ao sentido crítico dos deputados da oposição para com responsabilidade possamos construir um percurso sólido para a freguesia. Após as intervenções,

o senhor presidente da junta prestou esclarecimento. Esclareceu o Senhor Deputado Armindo Moutinho de que o que proferiu não corresponde à realidade, pois após os dois assaltos efetuados ao ATM, o processo de reinstalação do mesmo é moroso e obedece a alguns critérios nomeadamente os vários pareceres bancários. No que concerne aos CTT afirmou que foi a reestruturação interna dos CTT que determinou o fecho de alguns postos. No que concerne ao esclarecimento ao Senhor Deputado Fernando Ferreira, salientou que todas as sugestões são bem vindas e no que concerne aos achados arqueológicos, não sabe ao certo o que foi encontrado, no entanto, refere que a obra avançará no início do mês de janeiro de 2018. Relativamente aos semáforos na Rua de São Salvador referiu o pedido de parecer aos serviços técnicos da Câmara Municipal. No que concerne ao pavimento dos arruamentos, referiu que o programa de beneficiação de arruamentos foi já iniciado e será desenvolvido ao longo do mandato. No que concerne à intervenção do Senhor Deputado António Peixoto referiu que não houve uma motivação específica para um executivo cem por cento masculino e reforça que a assembleia em contrapartida é cem por cento feminina. Relativamente às obras questionadas refere que as mesmas são da competência da Câmara Municipal. Relativamente à intervenção do senhor deputado Marco Correia, agradece as palavras e refere que o seu executivo irá tentar fazer o melhor possível.

Encerrado o período antes da ordem do dia, iniciaram-se os trabalhos do período da ordem do dia. No ponto 2.1- Apreciação e votação da (s) propostas de regimento da Assembleia de Freguesia para o quadriénio 2017/2021, a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que foi enviado por e-mail a cada um dos senhores deputados o regimento em vigor no mandato anterior para que os senhores deputados pudessem analisar e dar os seus contributos. Passou de seguida a ler uma proposta enviada pelo Senhor Deputado Armindo Moutinho de interrupção dos trabalhos sempre que haja necessidade. O Senhor deputado António Peixoto propôs que o tempo total para a Assembleia deve ser previsto no regimento á semelhança do que existe na Assembleia Municipal. Pediu a palavra o Senhor Deputado José Eduardo Azevedo referindo que no que concerne ao tempo total da assembleia, quando a ordem de trabalhos da mesma seja muito extensa, deverá a Assembleia em consenso decidir sobre a sua continuidade ou interrupção, não vendo necessidade de incluir este ponto no regimento. Após um breve período de debate foi elaborado em conjunto pelos deputados à assembleia de freguesia e aprovado por unanimidade a inclusão da alínea d) no ponto 5 do artigo 22: “No período antes da ordem do dia se existirem documentos apresentados sem o conhecimento prévio das outras bancadas, por decisão do presidente da assembleia de freguesia pode a sessão ser interrompida por 5 minutos para as bancadas parlamentares discutirem o documento”.

No ponto 2.2- Informação do Sr. Presidente da Junta sobre a atividade da mesma e sobre a sua situação financeira, a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Senhor Presidente

da Junta que sucintamente resumiu o documento apresentado referente à atividade da Junta entre Outubro e Dezembro de 2017. Neste ponto inscreveu-se o senhor deputado Fernando Ferreira que focou o evento da Feira do Fumeiro e demonstrou a sua satisfação para com a situação financeira da junta até novembro de 2017 e pediu um esclarecimento relativamente ao projeto de mobilidade. Esclareceu o Senhor Presidente da Junta que no que concerne ao projeto de mobilidade foi submetido até 2020 e comporta a colocação e recuperação de ciclovias e vias pedonais.

No ponto 2.3- Apreciação e votação da proposta de regulamento e tabela de taxas e licenças a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2018, a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta que sucintamente resumiu o documento apresentado. O Senhor Presidente referiu que as linhas orientadoras do documento tiveram em conta a passagem das 40h de trabalho na função pública para as 35h, a uniformização dos preços dos jazigos nos diferentes cemitérios da freguesia e a necessidade de publicação do mesmo no Diário da República. Neste ponto inscreveu-se o senhor deputado Armindo Moutinho que questionou a taxa de ruído que reduziu de 48H para 24h e manteve o mesmo custo e lamentou os valores das taxas e a não cobrança da utilização dos espaços por instituições como a Santa Casa da Misericórdia da Maia que usufrui sem custos do edifício do pólo de Barca. Foi dada a palavra ao senhor deputado Augusto Jesus que apesar de não poder contestar tentou que fosse esclarecido a indução em erro de algumas declarações do Sr. Moutinho nomeadamente no que concerne à Santa Casa da Misericórdia. Esclareceu o senhor presidente da junta de que não há aumento das taxas, há alterações que não estavam previstas, como o caso da taxa de ruído, esclarecendo também que as coletividades estão isentas desta taxa. Foi a proposta colocada a votação e aprovada por unanimidade.

No ponto 2.4- Verificação das condições do exercício de funções de um 2º vogal da junta de freguesia em regime de meio termo, a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta que esclareceu alguns pontos deste documento suportado pelo Dec. Lei 7^A/2016 de 30 de março. Pediu para intervir o senhor deputado Joaquim Carvalho e Armindo Moutinho. O Senhor Deputado Joaquim Carvalho questionou o porquê de só agora se proceder a esta alteração, justificando que relativamente ao anterior mandato o trabalho não aumentou, até diminuiu. Defendendo que é o modelo de gestão da junta que deve ser otimizado e que o dinheiro previsto com este novo meio tempo deveria ser atribuído a uma instituição de solidariedade social da freguesia. Questionou quem exercerá este meio tempo. O Senhor Armindo Moutinho manifestou surpresa com esta nova medida. Esclareceu o senhor presidente da junta de que não acresce mais encargos financeiros pois o Presidente exerce o cargo a meio tempo, sendo outro vogal do executivo Sr. Adriano Correia que exerce o outro meio tempo. Desta feita será

o Senhor Eugénio Teixeira a exercer o meio tempo agora apresentado defendendo que será para a promoção de um serviço mais rápido e eficaz.

No ponto 2.5- Nomeação de elemento representativo da Freguesia para o Conselho da Juventude. Neste ponto a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta que referiu que o jovem apresentado era o Castelense João Carlos da Costa Loureiro.

Nenhum dos senhores deputados se inscreveu. Foi aprovado o nome proposto pelo executivo da junta de freguesia, por maioria com cinco abstenções da coligação “novo começo”.

No ponto 2.6- Apreciação e votação da proposta para autorização da realização de acordo de execução (delegação legal de competências) entre o município e a junta de freguesia de Castêlo da Maia- Neste ponto a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta que fez uma breve explanação deste ponto, dizendo que os critérios foram alterados, mas que de qualquer forma a freguesia do Castêlo da Maia não saía prejudicada com esta alteração por entendimento da Câmara Municipal da Maia. Não se registaram inscrições para intervenção. A proposta foi colocada a votação e foi aprovada por unanimidade.

No ponto 2.7- Apreciação e votação da proposta das opções do plano, orçamento e mapa de pessoal para o ano de 2018. Neste ponto a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta que fez uma apresentação prévia das principais linhas orientadoras do documento. Pediram para intervir neste ponto o senhor deputado Joaquim Carvalho, Armindo Moutinho, Fernando Ferreira, Marco Correia e Filipa Rafael. O senhor deputado Joaquim Carvalho começou por questionar as verbas de saldo que transportam do anterior mandato. Referiu ainda a ausência de colocação do edital da presente assembleia de freguesia no site da junta e a utilização do slogan no facebook da junta não ser adequado por ser conotado com a candidatura da coligação Maia em Primeiro. O Senhor Deputado Armindo Moutinho, teceu algumas considerações relativas à proposta de orçamento apresentado. Questionou sobre as obras na Escola de Santa Cruz, e questionou o porquê das despesas com o pessoal passar de vinte e quatro% para trinta e cinco %, uma vez que desapareceram as horas extra. O Senhor Deputado Fernando Ferreira reforçou a necessidade de distinção das obras executadas pela junta e pela Câmara Municipal. Referiu que o documento segue as orientações do anterior mandato e que deveriam ser melhoradas as verbas para o setor social. Referiu ainda que as propostas apresentadas se focam já em 2019,2020 e 2021 que versam no manifesto eleitoral e que não são concretas para 2018. Refere ainda que no que concerne ao mapa de pessoal o mesmo deveria ser otimizado e que os membros do executivo deveriam ficar somente com as tarefas executivas deixando para os operacionais da junta a execução das tarefas. Na sua intervenção o deputado Marco Correia refere que este orçamento é um documento político, um instrumento financeiro

que espelha as opções coerentes do executivo. Concordou com o deputado Fernando Ferreira relativamente às opções com o pessoal, mas refere que ainda não há essa cultura e que por vezes as circunstâncias não o permitem. Na sua intervenção a deputada Filipa Rafael leu o documento que se remete em anexo com o nº1. Prestou esclarecimentos o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que o plano e orçamento tem uma linha de continuidade e que o orçamento proposto com o pessoal prevê o aumento da contratação assim como o aumento do salário mínimo nacional. Referiu uma maior atenção com a colocação do edital na pagina de internet da junta assim como o cuidado com o slogan utilizado. Refere ainda que no que concerne ao saldo se refere ao que falta pagar e transita para 2018. Quanto à execução da sobras, efetivamente é a Câmara que tem o maior encargo financeiro, no entanto a junta tem a sua colaboração fixa obrigatória. Referiu ainda que a área social continua a ser uma grande preocupação do executivo e que o orçamento prevê a continuidade das obras com a preocupação de que as mesmas sejam exequíveis no decorrer do mandato. A proposta de orçamento foi posto a votação e foi aprovado por maioria com 2 votos contra dos senhores deputados António Peixoto e Ana Pereira; 3 abstenções dos senhores deputados Fernando Ferreira, Júlia Rocha e Joaquim Carvalho e 8 votos a favor da coligação Maia em Primeiro e MPT. Fez declaração de voto o senhor deputado António Peixoto também em nome da senhora deputada Ana Paula Pereira.

No ponto 3- Período de depois da Ordem do Dia (período reservado ao público): pediram a palavra os senhores: Armando Pacheco, Joaquim Cardoso, Carlos Magalhães, António Henrique e Susana Moutinho. O Senhor Armando Pacheco começa por afirmar que não mais irá referir o pavimento da Rua dos Castelinhos e refere a falta de segurança da festa do fumeiro nomeadamente no período noturno; apontou também a falta de papel higiénico nos WC's de apoio ao centro cívico de Gondim; referiu ainda que o jantar de Natal da Confraria das Cebolas deixou muitas pessoas de fora e refere ainda as árvores- Plátanos na Rua Central de Gondim cujas raízes enormes são um entrave à circulação de peões com segurança por danificarem o pavimento. O senhor Joaquim Cardoso referiu-se aos graves constrangimentos de trânsito na Rua da Igreja junto ao Mercado nos domingos em que se realiza a Feira das Velharia. O Senhor Carlos Magalhães, refere-se à variante à EN14 e à necessidade da mesma, referiu ainda a sua preocupação com a onda de assaltos na freguesia; sugeriu que na Feira do Fumeiro sejam dadas melhores condições aos participantes através da colocação de proteções laterais. Referiu ainda a necessidade de remodelação da placa evocativa da inauguração do Mercado Municipal do Castelo da Maia com a falta de caracteres e que a mesma se encontra obstruída pela colocação de um contentor de roupa, recomendando à junta a correção desta situação. Referiu ainda a desmotivação do público pelo período de intervenção do mesmo estar no final da ordem de trabalhos. O Senhor António Henrique na sua intervenção questionou para quando a conclusão dos passeios na Via Engenheiro Belmiro de Azevedo; referiu ainda a diferenciação da qualidade das refeições servidas nas

diferentes cantinas do Agrupamento de Escolas do Castelo da Maia; referiu ainda o perigo da não existência de passeios ao longo da N14 nomeadamente no troço entre a Decathlon e o Jumbo e alertou o executivo da junta para a falta de cumprimento das normativas de segurança no trabalho por parte dos seus trabalhadores; focou ainda a degradação da situação no Monte Faro em Gemunde e do seu polidesportivo devido à comunidade cigana; realçou ainda as questões da mobilidade e da ausência de transportes e que os horários deveriam estar no site da junta. A Senhora Susana Moutinho deixa uma questão à Mesa relativa ao querer ser informada sobre a freguesia de forma simples e não com os comentários e opiniões trocadas entre os deputados; questionou para quando o ATM no pólo de Barca; questionou também o projeto de mobilidade e o acordo de execução. O senhor Presidente da Junta esclareceu posteriormente cada um dos cidadãos.

Sendo 1:27 horas do dia 29 de dezembro de 2017, a sessão foi encerrada e foi lavrada e lida a ata em minuta, a qual foi aprovada por **unanimidade**. Posteriormente foi elaborada a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Secretárias da Mesa da Assembleia.

Presidente da Mesa de Assembleia



(Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues)

Primeira Secretária



(Susana Filipa Coelho Rafael)

Segunda Secretária

(Júlia Rocha)